

Eixo: POBLACIÓN, GÉNERO E IDENTIDAD CULTURAL.

A importância da memória no processo de reinvenção da identidade e territorialidade quilombola

Dra. Simone Rezende da Silva¹

Universidade de São Paulo

srezende@usp.br

As comunidades quilombolas no Brasil enfrentam diversos obstáculos na garantia de seus direitos aos seus territórios ancestrais e neste contexto de lutas identidades político/culturais são criadas ou recriadas.

O processo de territorializar-se ou reterritorializar-se impõe a construção de identidades políticas e culturais que entram em conflito com as territorialidades impostas e identidades estabelecidas e, em geral, dominantes no tempo e no espaço.

A recriação de histórias narradas e recuperadas na bibliografia e em campo remete não só às relações identitárias com o território, remete principalmente a uma dor profunda de perceber-se marginalizado pela história construída pelos dominadores. Desta forma, a memória reelaborada, reinventada num patamar de liberdade e luta organizada por seus territórios orienta a conformação de novas identidades, como a de quilombola.

Assim, esta pesquisa parte dos relatos orais de populações quilombolas para entender as relações existentes entre memória, território e identidade quilombola.

Introdução

O caminho escolhido para se empreender um estudo acerca de populações negras, no caso, comunidades quilombolas e suas relações com o território foi o do trabalho com a memória.

¹ Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo.

A recriação de histórias narradas e recuperadas na bibliografia e em campo remete não só às relações identitárias com o território, às relações sociais, remete principalmente a uma dor profunda de perceber-se marginalizado pela história construída pelos dominadores. Essa consciência do lugar a que foi destinado pela sociedade e a conseqüente determinação em mudar de lugar ou mudar este lugar, nos é informada pela memória reelaborada, reinventada num patamar de liberdade e luta política e social por seus territórios, isto é, em uma vivência de liberdade que norteia a seletividade das lembranças.

O processo de territorializar-se ou reterritorializar-se impõe a construção de identidades políticas e culturais que entrarão em conflito com as territorialidades impostas e identidades estabelecidas e, em geral, dominantes no tempo e no espaço.

Contudo, para uma definição dos fundamentos teóricos nesta pesquisa, concluiu-se ser necessário ir ao âmago do problema, problema este que não se restringe à luta de comunidades quilombolas por seus territórios ancestrais.

O problema posto para a pesquisa nos coloca a necessidade da reflexão sobre uma categoria conceitual debatida e estudada por outros campos das ciências humanas: a constituição da idéia de raça, que no contexto da colonização das Américas e instituição do capitalismo colonial eurocentrado, foi conveniente, pois que implicou na classificação social a partir do que se denominou “raças”. Assim o negro africano foi classificado como pertencente a uma raça inferior, a qual estava destinada a função de servir como escravo. A desumanização do negro não foi um acaso, e sim uma conseqüência perversa das questões econômicas, políticas e culturais em jogo naquele momento e que de certo modo permanecem até nossos dias, visto que o negro, via de regra, continua a ser marginalizado econômica e socialmente, além ainda de estar sob uma sujeição cultural em nossa sociedade, e mesmo dentro de uma aparente (e politicamente correta) democracia racial. Segundo Aníbal Quijano:

“A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi

construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.” (QUIJANO, 2005, p. 228 e 229).

A cor da pele foi eleita a característica fenotípica principal para a definição de raça, o que outorgava legitimidade à dominação imposta pelas conquistas européias nas Américas e posteriormente na expansão colonial pelo mundo. A idéia de raça passou a ser a naturalização da relação entre dominadores e dominados.

“São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles [povos originários das Américas]: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da África como escravos: achantes, iorubas, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*.” (QUIJANO, 2005, p. 249)².

² Segundo Kabengele Munanga Congos e Bacongos referem-se ao mesmo povo, pois os nomes de povos ou grupos culturais não precedidos de prefixos classificadores: mu, indicando o singular e ba indicando o

O resultado do poder colonial teve conseqüências culturais claras que chegam à atualidade. Os povos inferiorizados foram despojados de suas singulares identidades históricas, culturas, etc., e a imposição de uma nova identidade “inventada” inferior, subalterna, racial, colonial e negativa implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade.

Analisando a formação cultural de nosso país percebem-se as marcas dessa história colonial. No Brasil, particularmente os portugueses colonizadores exterminaram³ grande parte das diversas etnias indígenas existentes. Trouxeram como mercadoria os negros africanos, também de diferentes etnias, para o trabalho escravo e instituíram assim uma sociedade de dominantes (brancos europeus) e dominados (negros, indígenas, mestiços). A sobreposição entre classe social e cor continuou mesmo depois da abolição da escravatura no Brasil. Imigrantes europeus e asiáticos (brancos e amarelos) vêm embranquecer nosso país e a lógica classe e cor perpetua-se.

Nossa estrutura fundiária concentrada (nas mãos dos brancos) e a emergência do capitalismo colonial/mercantil e posteriormente de mercado inserido no mundo globalizado, propiciou a continuidade da relação cor/classe nos processos de dominação e exclusão.

Foi nesta lógica de desenvolvimento também baseado na expropriação de recursos e substituição dos ecossistemas naturais por culturas de interesse do mercado mundial que boa parte de nossa Mata Atlântica desapareceu, cedendo lugar às lavouras de cana, café, arroz, etc. Da apropriação indígena da floresta, passou-se à dominação capitalista da mesma, que engendrou relações sociais desiguais e expropriatórias.

Os remanescentes das florestas atlânticas que não foram capitalizados pela agricultura de exportação, ou pela urbanização, tornaram-se, em muitos casos, o lugar dos povos excluídos ou marginalizados pelo sistema vigente. Muitos negros procuraram sobreviver das florestas residuais e desenvolveram ali um modo de vida, uma territorialidade ajustada à exploração de recursos florestais e pequena agricultura, que vez por outra é ameaçada.

plural. Exemplos: mukongo (mu-kongo) individuo que pertence à etnia kongo; plural bakongo (bakongo).

³ Seja pelo assassinato, seja pelo contágio de doenças desconhecidas pelas populações indígenas, seja pelo trabalho forçado que levava à morte ou ao suicídio.

Para analisar dois âmbitos desta questão. A territorialidade dos negros na Mata Atlântica e a territorialização e ajuste a um modo de vida que mantém remanescentes de floresta se buscou trabalhar com a historicidade povo-cultura-ambiente. Por isso ao analisar-se as comunidades quilombolas, faz-se necessário observar a historicidade do processo que as levam ao atual estado de disputa territorial. Podendo-se anteciper que não vivemos em uma democracia racial.

A formação territorial do Brasil dá-se sob a égide colonial. A Pindorama, terra das palmeiras, como era chamado este país por seus povos originários, foi conquistada pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados de classe inferior, portanto, passíveis de serem consumidos.

“A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os ‘naturais’ do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local.” (MORAES, 2005, p. 68).

E essa é a lógica que persistirá em nossa história, pois dos colonizadores europeus passamos as elites nacionais cujo projeto territorial e sócio-econômico para o país eram exatamente os mesmos, o de apropriação e consumo dos espaços e das gentes. Assim, a independência é um ato formal que não altera a vida sócio-econômica do Brasil. O regime escravocrata, o latifúndio e a concentração de riquezas apenas fortaleceram-se.

“muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial.” (MORAES, 2005, p. 91).

Desta forma, a fronteira florestal, na qual primeiro os indígenas e depois os negros e mestiços vão buscar abrigo, é permanentemente alcançada pela expansão das atividades econômicas hegemônicas. De acordo com Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p. 68) os atrativos evidentes – os imediatamente encontrados - comandavam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espaços desconhecidos atuavam constantemente no imaginário, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente. Este autor chama estes espaços “desconhecidos” de *fundos territoriais*, pois se constituem em verdadeiras reservas aos interesses hegemônicos.

“Fundos territoriais, constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia.” (MORAES, 2005, p. 69).

Embora no caso da Mata Atlântica, por exemplo, esta tenha sido extremamente consumida, ainda hoje é possível verificar a presença de uma fronteira florestal ocupada por variadas populações tradicionais, entre as quais, muitas quilombolas, as quais constituíram ao longo de gerações seus territórios.

Neste trabalho adotou-se uma concepção de território integradora que transita da definição política à cultural, pois se preocupa mais com o processo de territorialização como domínio e apropriação do espaço por populações quilombolas do que propriamente com o conceito de território. De acordo com Haesbaert (2004, p. 16) “Cada um de nós necessita, como um ‘recurso’ básico, territorializar-se. Não nos moldes de um ‘espaço vital’ darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo”. O território foi visto como um espaço físico (no qual a Mata

Atlântica se desenvolveu), mas também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola.

Estes territórios são alvos de diversos conflitos e disputas, pois via de regra, são sobrepostos aos remanescentes florestais atlânticos, cobiçados tanto para o avanço de monoculturas como a do eucalipto e da cana-de-açúcar, ou expansões urbanas, quanto para áreas restritas à preservação ambiental.

Desta forma, podemos classificar estes conflitos como sendo essencialmente territoriais, visto que o que está em disputa são visões diversas sobre o mesmo espaço e que vão resultar em concepções também diversas de território. Afinal, uma Unidade de Conservação é constituída por um território jurídico e delimitado politicamente, assim como o empresário do setor agrícola verá nestes remanescentes uma frente de expansão aos seus negócios. Contudo, em nossa história tem-se ignorado que estes espaços já foram territorializados material e simbolicamente por populações tradicionais.

Nesta pesquisa, na qual lidamos por vezes com as subjetividades, com os desejos e ânsias das comunidades quilombolas com as quais nos relacionamos, o território foi considerado antes de tudo, um espaço de referência para a construção da identidade quilombola, pois é físico-material, é político, é econômico e é também simbólico.

A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho.

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves:

“A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais,

na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os 'modos de percepção legítima' da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza." (GONÇALVES, 2003, p. 379).

É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico. Por isso, talvez melhor do que discutir o conceito de território seja discutir o processo de territorialização dessas comunidades.

A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. O homem transforma a natureza e a natureza transforma o homem.

O processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas, pois se um grupo se organiza em prol de territorializar-se ele está negando o lugar que lhe havia sido destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, por outros grupos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais de que já dispõem. Ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, esta de cima para baixo.

Para o surgimento da mobilização que busca a territorialização Gonçalves (2001) enfatiza a importância dos movimentos sociais, inventando de baixo, por baixo e para os de baixo, novos pactos, novas relações, novos direitos nos interstícios e brechas desse complexo processo de reorganização social.

“Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, isto é, mudam de lugar, negam o lugar que historicamente estavam destinados em uma organização social, e buscam ampliar os espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, têm fortes implicações de ordem política.” (GONÇALVES, 2001, p. 81).

As áreas escolhidas para a realização deste estudo são emblemáticas da sobreposição de territórios e dos conseqüentes conflitos de territorialidades. É em função das disputas territoriais que identidades, como a quilombola, são forjadas.

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é por que em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e institui um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder.

As comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, elas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

Memória e territorialidade

Para analisar a relação das comunidades quilombolas com e nos remanescentes de Mata Atlântica e seus conflitos territoriais foi necessário buscar a memória dessas comunidades acerca dessas relações, isto é, encontrar a origem dos bairros rurais negros e sua posterior identificação quilombola, a forma pela qual as comunidades organizam a produção material,

as relações sociais e simbólicas dentro de um determinado contexto espacial e cultural.

Recolhendo entre membros idosos das comunidades visitadas suas lembranças de um tempo passado quando havia, segundo grande parte dos depoentes, “*mais fartura e liberdade*”, foi percebida a importância das “lembranças” que constituíam a memória individual e coletiva das comunidades. Desta forma, o aprofundamento acerca desta complexa categoria tornou-se indispensável.

O fenômeno da memória em si, pode ser entendido como capacidade do indivíduo de guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas e cerebrais e cognitivas. As pessoas fazem uso de sua memória o tempo todo. A cada instante, seja na reprodução de um gesto corporal que em uma tenra idade apreendemos e o usamos instintivamente, seja recordando a letra de uma música ou onde deixamos determinado objeto. Contudo, ao mesmo tempo fazemos uso de nossa memória, recordando situações boas ou más pelas quais passamos, memórias estas que são subjetivas e que a cada momento podem aflorar de forma diferenciada de acordo ao contexto ou à nossa percepção da vida naquele instante. A memória é lida e reinterpretada pelos sujeitos, daí a sua complexidade. Alguns autores acreditam que neste processo há sempre invenção.

É comum ouvirmos expressões como “se não me falha a memória”, “memória de elefante”, “lapso de memória” ou “minhas memórias”, a visão do senso comum sobre a memória é de que esta seja um lugar profundo em nós, no qual guardamos nossas experiências, é um depósito, uma espécie de caixa preta da qual tiramos e colocamos coisas, registros. No entanto esse retirar é sempre uma leitura, mediada pelo sujeito que lê.

Porém, a memória é mais que a vivência armazenada de um indivíduo, ela forma parte de um contexto social. O que guardamos e o que excluimos depende de nossas experiências sociais e coletivas.

Muito embora os geógrafos tenham tradição no trabalho com entrevistas em suas análises sociais, não há entre estes uma discussão teórica consolidada e estabelecida acerca da memória como fonte de informação geográfica, apesar de muitos trabalhos recentes valorizarem este aspecto.

Buscou-se então essa discussão, ainda que de forma preliminar e generalizada, na Psicologia, na Filosofia, nas Ciências Sociais e na História.

Para esta pesquisa interessou a memória de indivíduos enquanto parte de grupos sociais, pois através da reconstrução de fatos registrados na memória se reconstrói uma visão do passado a partir do presente, contudo, como veremos essa reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso a memória pôde ser utilizada para pensar uma questão tão atual quanto a das populações quilombolas. Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante.

Henri Bergson, filósofo da vida psicológica, persegue em sua obra uma fenomenologia das lembranças. Suas proposições, muitas vezes polêmicas, provocaram reações na psicologia social que a ajudaram a repensar o papel das lembranças na consciência atual.

Para o autor o passado sobrevive de duas maneiras distintas: em mecanismos motores, ou seja, na repetição habitual do que aprendemos; e em lembranças independentes, o que implica em um trabalho do espírito, que busca no passado representações pertinentes para serem inseridas em uma situação atual. A memória permitiria não só a relação do corpo atual com o passado, mas também interferiria no processo presente de representações.

“[...] desde que pedimos aos fatos indicações precisas para resolver o problema, é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de esperar, pois a lembrança – conforme procuraremos mostrar na presente obra – representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria.”
(BERGSON, 1990, p. 4).

Bergson distingue a memória em dois planos, a *imagem-lembrança*, que tem data certa, refere-se a uma situação definida, individualizada, e a *memória-hábito* que se incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente.

Ele enfatiza a espontaneidade e a liberdade da memória, opondo-se dessa forma aos esquemas que a aprisionava em recônditos da mente humana. Tal seria essa liberdade que o passado se conservaria inteiro e independente no espírito. O passado, as lembranças, estariam latentes no inconsciente.

Para Bergson lembrar é reviver, pois ele acredita na memória como experiência unicamente individual, ele exclui o sujeito recordador de seu contexto social e cultural. Não há relação entre o sujeito recordador e as coisas ou outros sujeitos recordados. Defrontam-se apenas a subjetividade pura (força espiritual prévia) e a pura exterioridade (matéria limite e obstáculo). Esta teorização acerca da memória carece, portanto, do indivíduo enquanto ser social.

Contra-pondo-se às idéias de Bergson encontra-se a teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, herdeiro e continuador das idéias de Émile Durkheim que enfatiza o papel que as representações e idéias dos homens exercem na sociedade, ou seja, do predomínio do social sobre o individual.

Halbwachs desloca o eixo de interesse do indivíduo para o social, ele não está interessado na memória propriamente dita e sim nas suas representações sociais, como bem aponta o título de sua grande obra *Quadros sociais da memória* (1994[1925]). Pois para ele o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais, afinal um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não vêem.

“Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. [...] É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos

pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social.” (HALBWACHS, 2006, p. 41 e 43).

Isto quer dizer que boa parte do que somos, ou do que acreditamos ser, muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais, e sim foram inspiradas nas conversas e vivências com outras pessoas. Somos criativos, mas nunca originais, pois que a cultura é sempre transmissão. Com o passar do tempo, elas tecem uma história dentro de nós, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que não sabemos o ponto exato de entrada em nossas vidas, pois em geral, este é um processo inconsciente.

Neste sentido o contexto social e cultural é de extrema importância. O que definimos como nossa cultura estará na base de nossas lembranças.

Ao contrário de Bergson, para Halbwachs lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. E esta reconstrução dependerá de como o recordador insere-se em um meio social com o qual tem uma identidade mediante a qual se constituirá a memória coletiva do grupo.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. A cada instante refazemos nossas lembranças, a todo tempo inserimos novos elementos, nos deslocamos espacialmente, conhecemos novas pessoas, etc. A mudança de perspectiva nos impõe novos conceitos sobre determinadas situações.

Halbwachs distingue ainda a memória do adulto da memória do velho. O adulto ativo (responsável pela reprodução econômica e social da vida), em geral, não recorre às lembranças da infância em face das questões do seu dia-a-dia, estas estão reservadas para os momentos de lazer, de repouso, para ele a lembrança é fuga. Já para o velho as lembranças não são pontos de fuga no cotidiano, ele pode entregar-se mais detidamente a elas.

“Ele [o velho] não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, percorre seus velhos papéis, suas antigas cartas e, sobretudo, ele conta aquilo de que se lembra quando pese não ter fixado por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condição de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto.” (HALBWACHS, 1994, p. 104).

Os velhos podem ser os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque dispõem do lazer necessário para transmitir suas lembranças. Portanto, esse recordar tem também função social.

Particularmente a questão da “memória dos velhos” nos interessa, afinal nesta pesquisa ela teve lugar de destaque, não só porque os velhos, os *antigos*, como preferem dizer boa parte dos recordadores, foram testemunha de outros tempos, mas também porque quando exercem sua função social de recordar, ou refazer o passado eles impulsionam o seu entorno social a agir no presente. Eles são como alicerces em uma casa em construção.

De acordo com Paul Thompson inventar um passado imaginário, que deve ter acontecido, é uma forma de preservar suas crenças e sua ideologia, pois aquilo que o depoente acredita é, para ele, mais importante do que aquilo que realmente aconteceu.

Bibliografia

- BERGSON, Henri. **Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.** São Paulo: Martins Fontes, 1990. 204p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembrança de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 484p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo.** Brasília: IBAMA, 2003. 590p.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafías. Movimientos sociales nuevas territorialidades y sustentabilidad.** México: Siglo XXI, 2001. 298p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2000. 144p.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris: Albin Michel, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006. 189p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia. Pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1987. 138p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005. 154p.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** São Paulo: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica. Territórios quilombolas e a conservação da natureza.** 2008, 355p. Tese (Doutorado em Geografia Física) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.